



GT03 - Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos – Trabalho 1264

## JOVENS SECUNDARISTAS E O EXERCÍCIO DEMOCRÁTICO NAS OCUPAÇÕES ESCOLARES DE 2016 EM PORTO ALEGRE

Sofia Rodrigues Ferreira – PUCRS

Agência ou Instituição Financiadora – CNPQ

### Resumo

Este trabalho consiste na reflexão sobre práticas de exercício democrático, a partir dos conceitos de democracia radical e plural de Chantal Mouffe, e de definições de emancipação de Ernesto Laclau e Boaventura Santos. É utilizando-se deles como lentes teóricas que se analisa observações do cotidiano escolar durante as ocupações escolares no estado do RS, ocorridas entre maio e junho de 2016. As práticas promovidas pelos estudantes e suas tentativas de colocar em suas atividades algumas das premissas do exercício democrático são objeto de reflexão neste trabalho.

**Palavras-chave:** ocupações secundaristas, juventudes, exercício democrático.

Trago para esta proposta uma breve reflexão acerca do movimento secundarista que ocupou as escolas estaduais do estado do Rio Grande do Sul, ocorrido entre maio e junho de 2016, bem como algumas das oportunidades de exercício democrático que surgiram no decorrer do movimento. O fenômeno das ocupações, ou das *ocupas*, como chamam os estudantes, teve uma complexa abrangência, em esferas sociais e políticas que envolveram questões escolares e outros âmbitos, como lutas trabalhistas e a greve dos professores, por exemplo. Não só a ocupação teve um papel pioneiro no estado do RS no que diz respeito à apropriação do espaço escolar pelos alunos, mas também na expansão para conflitos políticos, desde questões como a representatividade exercida pelas entidades estudantis, até reivindicações de projetos de lei em tramitação na Assembleia Legislativa do RS. Por isso, trago algumas reflexões sobre a esfera política, focando em algumas das propostas de exercício democrático experienciadas pelos estudantes.

Traz-se, então, alguns aspectos para se pensar o fenômeno das ocupações em sua perspectiva mais ampla, em que se faz uso de conceitos desenvolvidos por Ernesto Laclau, bem como Chantal Mouffe, no que diz respeito a elementos referentes a práticas emancipatórias, suas

possibilidades e suas armadilhas, focadas em situações escolares que circundam o fenômeno. É a partir desses autores que nos aproximamos teoricamente do exercício democrático. Inicialmente, enfrentamos um paradoxo apontado por Laclau:

Podemos ver que os discursos de emancipação têm sido historicamente constituídos por meio da junção de duas linhas incompatíveis de pensamento: uma, que pressupõe a objetividade e plena representabilidade do social; e outra, que só se sustenta sobre a demonstração de que há um abismo que torna qualquer objetividade social, em última análise, impossível. (LACLAU, 2011, p. 29)

Como afirma o autor, não se trata aqui de optarmos por uma ou outra linha de pensamento, como resolução, e sim,

[...] é afirmando ambas as linhas que a noção de emancipação adquire significado. Emancipação significa ao *mesmo tempo* fundação (*foundation*) radical e exclusão radical - isto é, ela postula ao mesmo tempo um fundamento social e sua impossibilidade. (LACLAU, 2011, p. 29)

Refletindo com Laclau acerca desse paradoxo em que consiste a emancipação social, é que se propõe um aprofundamento da perspectiva emancipatória do movimento de ocupação escolar. Segundo o autor, para que um sujeito possa emancipar-se de uma condição, é pressuposto que ele parta justamente da situação da qual quer se emancipar. Porém, a emancipação afeta todas as áreas, em uma totalidade diversa, ou seja, não seria possível a emancipação de um sujeito sem pensar em todos os aspectos que circundam aquele sujeito, que definem sua atual condição, ou não seria, de fato, emancipação. Aqui se fala do que Laclau chama de dimensão holística. Aqui, ressalta-se que não se conclui ou enquadra o fenômeno como uma prática emancipatória, mas, sim, faz-se o esforço de compreender a complexidade de tais questões e fazer uso da oportunidade de aproximação do fenômeno para refletir sobre tais práticas e suas potencialidades. De qualquer maneira, compreende-se que toda a prática pedagógica contemporânea é, conscientemente ou não, tributária de um projeto emancipatório. E que prática emancipatória geralmente é atrelada a movimentos sociais, que tem ideários que se pautam em direitos humanos, individuais e coletivos, de seu próprio grupo. Tem-se no exercício de olhar para essa pluralidade de grupos, a percepção de que um sujeito não está relacionado apenas a um grupo, não seria possível, pois pertencemos a diversos grupos sociais, tornando o que Ernesto Laclau chama de ‘entendimento consensual’ impossível. Partindo dos princípios de que liberdade e emancipação não são a mesma coisa e, sim, um fluxo de remessa contínua de um ao outro; partindo do fato de que a prática de discussão existir

é o que torna o exercício da democracia viável e que a possibilidade do debate caracteriza uma sociedade democrática, são pautados alguns elementos de análise do caráter político das ações dos estudantes durante as ocupações. Ainda sobre emancipação, acrescento a perspectiva de Boaventura Santos, “necessitamos construir a emancipação a partir de uma nova relação entre *respeito da igualdade e o princípio do reconhecimento da diferença*.” (2007, p. 62). Constitui também o marco teórico o conceito de democracia, segundo Boaventura Santos, em que ele define a tarefa de “substituir relações de poder por relações de autoridade compartilhada” como “um trabalho democrático muito mais amplo do que se pensava até agora.” (2007, p. 62). Para pensar as práticas de gestão exercidas pelos estudantes durante as ocupações escolares, esta definição é bastante útil. Pautas recorrentes sobre temas políticos eclodiram durante as ocupações, desde as práticas políticas internas, ou seja, as tensões e negociações feitas dentro do movimento, entre os jovens, às externas, no que se refere a instâncias de diálogo e negociação com representantes de órgãos públicos. Aproveita-se para trazer a noção de que a prática política numa sociedade democrática não consiste na defesa dos direitos de identidades pré-constituídas, mas antes na constituição dessas identidades mesmas, num terreno precário e sempre vulnerável. (MOUFFE, 2003, p. 14).

Com o intuito de olhar para a experiência das ocupações de forma a pensá-las como um movimento emergente com fortes demandas sociais e políticas, apostei em duas vias de aproximação. A primeira delas foi monitorar as notícias sobre as escolas ocupadas, procurando sites de comunicação jornalística que publicavam sobre o tema, em seguida, localizar as páginas das ocupações nas redes sociais. Dessa maneira, pude ver quais foram as primeiras escolas ocupadas, as repercussões iniciais disso e a definição dos acontecimentos se consolidando como um movimento secundarista. A partir desse primeiro levantamento de dados, pude também estabelecer relações com fatores que contribuíram para a eclosão das ocupações, como, por exemplo, a greve dos professores estaduais devido ao parcelamento de salários.

A segunda via de aproximação foi ir a uma escola ocupada, em um evento cultural aberta ao público; um show de uma banda de música latina tocava no pátio de uma escola do meu bairro, de onde eu podia ouvir não só a música, como a movimentação toda da atividade. Me vesti e fui até a escola vizinha. Procurei me adequar ao que eu imaginava ser o cenário escolar, de forma a nem me destacar, nem gerar estranhamento. Uma pequena ansiedade me atingiu ao me aproximar do portão da escola e me deparar com uma equipe de ‘segurança’ na porta. Percebi o quanto é

delicado adentrar um território real, o quanto o fato de eu ir até lá com o propósito de *observar* me provocava uma sensação de deslocamento, de uma espécie de inevitável desnaturalização do olhar. Fui perguntada sobre o que fazia ali, me identifiquei, deixei meu CPF e meu nome na portaria e entrei. Me surpreendi ao me deparar com muitos universitários, com figuras da cena cultural da cidade, crianças pequenas e, claro, jovens secundaristas. Era um ambiente familiar e plural. Era possível sentir tensão e descontração dançando juntas ao som da *cumbia*. Nenhuma bebida alcoólica, vários adultos, alguns cigarros, o som alto. O frescor de ocupar um espaço cotidiano de uma forma diferente era visível. Neste momento eu ainda não tinha ideia da proporção que o movimento tomaria, e tenho a forte impressão que os jovens que ali dançavam também não tinham. A situação de *habitar* o espaço escolar me soou inédita. Interessante foi perceber a escola, naquele momento, como um espaço de convivência da comunidade escolar, percepção também nada familiar.

Em seis dias, após a divulgação ocupação da primeira escola, eram 42 escolas ocupadas, em sete dias eram 83, por todo o RS. Era preciso encontrar uma forma viável de acompanhar atividades das ocupações e por isso fiz algumas escolhas. Defini três escolas na região central de Porto Alegre para acompanhar. Escolhi escolas com representatividade no movimento, e que estivessem promovendo principalmente atividades culturais. Além disso, fui a atos públicos e a manifestações políticas, a fim de acompanhar também a ocupação nessa outra dimensão, em território extra-escolar. Assembleias também foram definidas como atividade para acompanhamento. Desta maneira, três aspectos foram inicialmente pensados, e poderiam ser contemplados também com observações feitas. Foi a partir do que li nas matérias sobre as ocupações, e também sobre como detectei a realização de diferentes eventos nas escolas ocupadas que pude definir as três categorias que nortearam a observação: *organizações*, *cultura* e *política*, ou seja, assembleias como *organização*, eventos culturais como *cultura* e manifestações na esfera *política*. Claro que essas categorias como elementos em separado foram pensadas desta maneira antes que eu fosse a campo, pois elas estão, na realidade, interconectadas. Pensá-las em separado apenas me serviu para identificar as esferas guias para as observações e seleção dos acontecimentos a serem observados. Foram três assembleias, quatro atos, quatro festivais culturais, duas ocupações de prédios públicos e outras atividades culturais, como shows, oficinas musicais e rodas de conversa. Na medida que entrei no campo, e fui sendo contaminada por ele, essas concepções pré-estabelecidas de forma dissociada da realidade começaram a se misturar, se revelando totalmente

imbricadas e indissociáveis. Ou seja, não são categorias puras, e sim serviram como ponto de partida da investigação. Torna-se importante ressaltar que para este artigo, o foco de análise restringe-se aos aspectos políticos que emergiram do campo, e que permeiam essas três grandes categorias. Escolhi três escolas que pareciam ter poder de mobilização, tanto realizando ações culturais que atingiam não só a comunidade escolar, como apoio universitário, dos vizinhos das escolas e de simpatizantes. Também tinham em suas lideranças falas que reverberaram nos noticiários e refletiam posicionamento político. Ressalto que as escolas periféricas tiveram uma trajetória distinta, pois estão inseridas em outro contexto urbano, e pelo tempo para realização da pesquisa e a amplitude do movimento, optei por observar apenas escolas do eixo central da cidade de Porto Alegre.

Aqui destaco três importantes elementos de caráter político para compreendermos o contexto político do estado. O primeiro deles consiste na tentativa inicial de coibir as ocupações, com medida tomada pela Secretaria Estadual de Educação, na qual coloca em cheque o ponto dos professores caso os estudantes optassem por ocupar suas escolas. Um movimento que viria a unificar demandas da comunidade escolar encontra um entrave nessa tentativa de enfraquecimento do movimento estudantil de ocupação escolar. O segundo aspecto que destaco é o apontamento por parte da representação do CPERS (Sindicado dos Professores do Rio Grande do Sul), em publicação em entrevista para a imprensa, para o combate à sonegação de impostos. Esse aspecto não será desenvolvido aqui no que tange a sua exequibilidade ou tampouco a dados econômicos do Estado, mas é bastante relevante no que se refere ao contexto político que o RS vinha enfrentando no ano de 2016. Uma das principais medidas de austeridade aplicadas pelo governo estadual, sob a mesma justificativa de crise, foi o parcelamento dos salários dos servidores públicos, que se inicia nesse período e se prolonga até o término do ano de 2016, incluindo parcelamento ou adiamento do pagamento do décimo terceiro salário. O terceiro aspecto consiste em refletir sobre a medida regulatória, que impede a saída de alunos mesmo quando não há professores para lecionar durante o período de aula, em paralelo à situação de déficit de quadro de professores e de funcionários da rede estadual de ensino, o que, inevitavelmente, acaba por tornar sistemática a ausência de professores em determinadas escolas. Essa medida torna-se reveladora das práticas do *político* que circundam o movimento secundarista, no que se refere à “dimensão do antagonismo que (...) pode assumir formas muito diferentes e emergir em relações sociais diversas” (MOUFFE, 2003, p. 15), mas que aqui se manifesta como política pública. Acredito que

o incentivo ao antagonismo como prática de política pública é um elemento ao qual precisamos estar atentos, principalmente quando concerne à esfera educativa.

Os jovens se organizaram em comissões que dividiam as tarefas para administração do espaço escolar, que não eram poucas, além das relações com outras escolas e posteriormente com os órgãos estaduais. Desde a manutenção do espaço escolar, como a limpeza da escola e, em alguns casos, os estudantes chegaram inclusive a trabalhar na restauração ou reabertura de espaços fechados e não utilizados da escola, até cozinhar para os ocupantes, apoiadores e pais ao longo dos dias de ocupação. É interessante perceber o quão ricas foram as experiências vividas pelos jovens nas suas escolas e principalmente os vários desafios enfrentados por eles durante o período de ocupação escolar. Sobre o complexo desafio de se criarem espaços de pluralidade no território escolar, os jovens em suas longas assembleias, puderam experimentar o que Mouffe afirma ser o desafio da *política* tarefa de “domar a hostilidade e tentar neutralizar o antagonismo que existe nas relações humanas” (MOUFFE, 2003, p. 15). É riquíssimo o exercício de debate oportunizado pelos estudantes, na medida em que exige diálogo, exige tomada de decisão coletiva, exige cooperatividade. Alicerça-se nesse exercício, principalmente na ideia de Chantal Mouffe, de uma democracia radical e plural como alternativa possível. Importante também trazer suas definições sobre o tema: *político*: dimensão do antagonismo que é inerente a todas as sociedades humanas, antagonismo que pode assumir formas muito diferentes e emergir em relações sociais diversas. (2003, p. 15); *política*: conjunto de práticas, discursos, e instituições que procuram estabelecer uma certa ordem e organizar a coexistência humana em condições que são sempre potencialmente conflituosas, porque afetadas pela dimensão do político. (2003, p. 15). De forma sucinta, o que se delineia como o projeto de democracia radical e plural seria admitir a existência de relações de poder e a necessidade de transformá-las, enquanto se renuncia à ilusão de que poderíamos nos livrar completamente do poder. Para Mouffe, a questão principal seria não eliminar o poder, mas “constituir formas de poder compatíveis com valores democráticos”. (2003, p. 14). Curioso nos aproximarmos dessa concepção, tendo em mente as práticas de organização internas das escolas ocupadas, em uma busca não de eliminar o poder, aqui podendo ser visto como o estudante que representa sua escola como uma figura de poder, por exemplo, seja essa representação perante a sociedade via imprensa, ou ainda perante o Estado. Além disso, no exercício de debate oportunizados pelas assembleias, fossem elas internas, ou seja, entre os alunos da escola, fossem elas gerais, em grandes reuniões de representantes das escolas, o espaço para a pluralidade das

vozes presentes, os conflitos que emergiram e foram enfrentados, debatidos, às vezes superados e outras não, caracterizam-se também por tentativas de superação do antagonismo entre os jovens, entre eles e as entidades estudantis que os representavam, entre inclusive os que eram contra o movimento de ocupação escolar.

Trago a seguir uma breve descrição que evidencia um ponto definitivo no movimento secundarista gaúcho. No dia 9 de junho, jovens se preparavam para a saída do segundo ato secundarista no centro de Porto Alegre. Os estudantes eram em grande número, estavam entre aproximadamente três centenas de pessoas, organizados e pulsantes. Havia uma equipe entre os jovens que se encarregava da segurança do evento, conversavam entre si, sua maioria com os rostos cobertos com camisetas e panos que deixavam apenas os olhos expostos. Muitos adultos também compunham o corpo da multidão reunida na Esquina Democrática. Desta vez, os jovens novamente optaram por não divulgar o trajeto a ser percorrido durante a manifestação, sendo assim, todos se concentravam para saírem juntos, sem previsão de trajeto. Acompanhei a manifestação toda, caminhando nas laterais da multidão, jovens carregavam uma enorme faixa à frente, com os dizeres “Escolas de Luta pela Educação”, formando um paredão humano. À frente da faixa apenas alguns jovens pertencentes à equipe de segurança podiam permanecer. Fomos acompanhando pela Av. Borges de Medeiros, a manifestação ia avançando, rápida e intensamente, pelas ruas do centro da cidade. As pessoas nas inúmeras paradas de ônibus da Av. Salgado Filho se assustavam, admiravam, filmavam, manifestavam apoio ou silenciavam impacientes. Os jovens e seus gritos reduziram sua intensidade ao chegarem na esquina com o viaduto da Av. João Pessoa. Cientes da proximidade ao hospital Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, fizeram esta parte do trajeto silenciosamente. Enquanto avançava o grande grupo, alguns jovens iam, por onde passava a multidão, pichando as lixeiras-container, muros e paredes, em sua maioria aplicando um stêncil que dizia “+ educação”, em outras vezes dizeres contra os PLs 44 e 190.

Seguindo um trajeto aparentemente conhecido, descendo a Av. João Pessoa, uma avenida grande e fundamental para o fluxo de transporte público da região central da cidade, para a surpresa de alguns (minha, certamente), os jovens entram à direita na Av. Des. André da Rocha, uma rua bem menor, de duas mãos e com um canteiro central, para em seguida, pararem na frente da sede da UMESPA (União Municipal dos Estudantes de Porto Alegre), e picharem as paredes do local com dizeres tais como “UMESPA Pelega”, “Não me representa”, etc. Funcionários saíram do local e iniciou-se um conflito, cuja agitação e gritos pode-se ouvir de onde eu estava - do outro lado da

rua. Coincidentemente, estava nessa hora bem ao lado do carro de som, onde, no banco de trás, ficavam os jovens que chamavam no microfone os gritos e cantos a serem entoados pela multidão. Correm representantes de entidades estudantis, correm membros da equipe de segurança, entra um jovem repentinamente no carro, inicia-se um grito contra representações estudantis. Abre-se a porta do carro, um jovem tira outro de dentro, gritos e tensão, o carro para, até que entra um outro jovem no carro para dizer que não poderiam rachar o movimento, e inicia então, chamado por ele, o grito “o inimigo é o estado”. Um dos jovens que acompanhava o ato próximo a mim, manifestou preocupação caso o movimento “rachasse”, como chamou a possível ruptura entre estudantes ligados a entidades estudantis e estudantes considerados independentes. A preocupação do jovem consistia no desafio de prosseguir com o ato, pensando que não seria possível retomar a unidade da multidão, e que o conflito se espalharia e enfraqueceria o movimento. Enquanto isso a manifestação seguia avançando, novamente para Av. Borges de Medeiros. Pequenos conflitos se consomem e dissolvem ao longo do percurso, mantendo um nível alto de tensão. Recompõe-se a estabilidade no carro de som, e entramos todos numa rua pequena perpendicular à Av. Borges, que sobe em direção ao Palácio Piratini e a Praça Marechal Deodoro, conhecida como Praça da Matriz. Coube aos estudantes, durante esse curto tempo, promover controle da situação, evitando que os jovens de fato brigassem, e o enfrentamento da situação de conflito, rapidamente mantendo minimamente a unidade da manifestação, pois seria trágico para o movimento caso chegassem em frente ao Palácio Piratini em estado interno tenso e dividido. Este foi um momento decisivo para o movimento de ocupações secundaristas, pois criou-se uma separação entre os estudantes associados e não associados a entidades ou partidos políticos, fazendo-se necessário o urgente exercício de negociação em pleno curso da manifestação e a necessidade de resolução das divergências, fato que evidentemente não ocorreu. O que aconteceu foi o apaziguamento de conflitos dentro da manifestação momentaneamente, para que se chegasse em frente ao Palácio do Governo ainda entoando um coro uníssono. Ao chegarem em frente ao Piratini, um boneco foi queimado, e se instaurou um clima de quase enfrentamento da tropa de choque que fazia plantão na casa governamental. O clima se acirrou, fazendo com que um batalhão saísse de dentro do palácio e se colocasse entre o gradil que fazia a contenção dos jovens e o edifício, tornando a presença da multidão praticamente insustentável. Antes que um conflito eclodisse, algumas lideranças, com orientação de pais presentes, optaram por seguir o ato em descida para a perimetral, levando a multidão e encerrando o ato no Largo Zumbi dos Palmares no bairro da

Cidade Baixa. Essa situação traz à tona uma questão pulsante da atual conjuntura brasileira, que é a falência de um sistema representativo, e os jovens nesse episódio demonstraram coragem ao expor uma chaga do movimento estudantil, mas que também é uma questão social, uma questão definitiva e definidora para todo o sistema político vigente.

Esse desafio, complexo, contemporâneo, e ainda muito distante de ser superado, não permite conclusões, mas servirá para problematizar nossa situação política. É visto que ainda está muito vigente a postura antagônica em diversos aspectos que circundaram o fenômeno das ocupações, mas ainda assim algumas brechas talvez sirvam como indicadores para conseguir avançar em direção à pluralidade e ao diálogo.

É apenas quando admitimos esta dimensão do “político” e entendemos que “política” consiste em domar a hostilidade e tentar neutralizar o antagonismo que existe nas relações humanas, que podemos posicionar a questão fundamental para a política democrática. Esta questão, ponderam os racionalistas, não é como chegar a um consenso racional alcançado sem exclusão, o que é, de fato, uma impossibilidade. A política visa a criação de unidade num contexto de conflito e diversidade; está sempre preocupada com a criação de um “nós” pela determinação de um “eles”. A inovação da política democrática não é a superação da distinção nós|eles, mas a maneira diferente de estabelecer essa distinção. O problema fundamental é como operar a discriminação nós|eles numa forma compatível com a democracia pluralista. (MOUFFE, 2003, p. 15-16)

No campo da política, isso significa que se deve considerar legítimo o “outro”, ou seja, não como um inimigo a destruir e sim, um adversário, cujo antagonismo não se erradica, e sim seja reconhecido e administrado, no sentido de que se tem uma premissa compartilhada, que, segundo Mouffe, seriam os princípios ético-políticos da democracia. “Aceitar a posição do adversário é experimentar uma mudança radical na identidade política.” (MOUFFE, 2003, p. 16). Pude perceber que não foram poucas as tentativas de deslegitimação do movimento estudantil durante as ocupações. Não só dentro da comunidade escolar, em situações de enfrentamento de pais, professores e diretores, como também movimentos políticos organizados, como o *desocupa*, foram fortes elementos, cujas posturas assumidas eram sumariamente de antagonismo. Em compensação, dentro das escolas, e dentro do movimento estudantil, apesar de inúmeros conflitos, predominou o exercício da negociação. Também a questão da representabilidade foi bastante tensionada, provocando inclusive uma ruptura no movimento. O movimento já havia ganhado força e grandes proporções de adesão no RS, chegando ao número de 158 escolas ocupadas. Foi então que um grupo de jovens negocia o fim das ocupações com autoridades da Secretaria Estadual de Educação

do RS. Revela-se em seguida que os estudantes pertenciam à órgãos de representação estudantil, entidades que enviaram seus representantes para negociar em nome de um sem número de jovens, sem a devida legitimação desta representação. O resultado disso foi o que os jovens chamaram de *racha* no movimento. Um grande grupo de jovens, cujas escolas não se sentiam representadas por entidades que não estavam na construção que vinha sendo elaborada coletivamente ao longo de toda a jornada de ocupações, inauguraram então um coletivo chamado Comitê das Escolas Independentes. Este coletivo não acatou a negociação feita com as autoridades estatais e manteve as ocupações de suas escolas. Evidente que este coletivo só teve força pois grandes escolas da cidade o compunham, tornando possível uma pressão no governo para serem recebidos e fazerem tratativas diretas com representações legítimas. Trago esta questão pois serve para pensar na armadilha que é cogitar ou almejar o consenso como elemento necessário para se unificar uma demanda, no caso do movimento estudantil, mas Mouffe nos faz pensar nessa questão em diversas esferas sociais, quando afirma

Quando aceitamos que todo consenso existe como um resultado temporário de uma hegemonia provisória, como uma estabilização de poder que sempre vincula alguma forma de exclusão, podemos começar a encarar a natureza de uma esfera pública democrática de um modo diferente. A especificidade da democracia moderna repousa no reconhecimento e legitimação do conflito e na recusa em suprimi-lo pela imposição de uma ordem autoritária. (MOUFFE, 2003, p. 17)

Em certa medida, no movimento da ocupação, variadas instâncias de conflito, que, na situação regular do cotidiano escolar, mantinham-se suprimidos, durante o período de ocupações, abriu-se espaço para tensionar tais conflitos. É em relação à formas cristalizadas de lidar com conflitos, como essa situação mencionada, que problematiza a representação do movimento por parte de entidades estudantis, que evidencia que a questão não é o fato de eles serem representados, e sim por serem representados sem serem ouvidos. É este o ponto que expõe a fragilidade da democracia representativa. E quando os jovens optam, correndo inúmeros riscos, dentre eles perder a força de mobilização social que o movimento havia então adquirido, por enfrentar a situação e reconhecendo e assumindo publicamente o conflito interno. Tal situação nos aponta um rico exemplo de uma recusa em suprimir o conflito “pela imposição de uma ordem autoritária” (2003, p. 17), neste caso a velha ordem, a velha forma de se fazer política.

Apesar do racha, podemos considerar um importante espaço conquistado pelas duas frentes da ocupação, que garantiram a liberação de verbas para melhorias nas estruturas das escolas

estaduais, bem como a garantia a presença de estudantes nas reuniões de fiscalização e acompanhamento no Fórum Permanente a ser realizado pela Secretaria da Educação. Outro elemento conquistado foi a garantia de não criminalização aos estudantes que foram presos durante as ocupações, em manifestações e invasões a edifícios públicos, para além das escolas ocupadas. Foram grandes conquistas, considerando a longa batalha, sem sucesso, por um espaço de negociação pleiteado pelos professores. Os professores tiveram seus salários parcelados até ainda início de 2017.

Estas juventudes já são plurais, já são a própria diversidade, já conhecem e convivem com o diferente, o que eles estão demandando é um espaço para elaborar essas questões, para refletir crítica e cuidadosamente sobre elas. Torna-se visível a lacuna no território escolar para que se possa discutir questões que digam respeito ao universo dessas juventudes, que demonstraram plena capacidade de organização e de mobilização, realizando atividades diariamente, mantendo suas escolas organizadas ao longo dos quarenta dias de ocupação, realizando atividades formativas culturais e também recebendo a comunidade em suas escolas.

*Ocupar e resistir* faz muito sentido como grito dos jovens, pois não foram poucos os conflitos e as oposições que os ocupantes enfrentaram. Eram as entidades estudantis, que, em certa medida, se apropriavam do movimento, eram algumas direções e professores se opondo às ocupações, eram grupos de pais contrários às ocupações, que com o apoio de partidos políticos conservadores, principalmente os partidos que eram responsáveis pelo pleito das PLs às quais o movimento se opunha, criaram o movimento *desocupa*, que oferecia ações de intimidação e inclusive de violência aos jovens das ocupações, isso além da árdua tarefa de negociar com uma Secretaria da Educação que fez poucos esforços efetivos para atender as demandas do movimento.

Organizados, ativos e plurais, os jovens compunham a agenda formativa de suas escolas, deixando claro que currículo é campo de luta, e pondo em prática suas reivindicações, mostrando que é possível promover debates sobre gênero, sobre machismo, sobre racismo, sobre questões históricas e políticas como as cotas para ingresso no ensino superior, sobre Matemática e dúvidas do ENEM, e sobre uma infinidade de temas que compõem a saudável pluralidade que insistimos em não assumir como ingrediente fundamental para fortalecer a nossa jovem e frágil democracia. É assumindo pautas como estas, nesse curto espaço de tempo em que puderam administrar suas escolas, que se evidencia a necessidade que esta juventude tem de espaços de debate, e o quanto a escola ainda está falhando em ofertá-los.

Ocupar é preencher um espaço-tempo, e essa lacuna foi trazida à tona pelos estudantes, cujo interesse é habitar sua escola, fazer parte dela como partícipe, como um sujeito agente de uma realidade escolar que lhe diz respeito, que lhe pertence e que o constitui como sujeito social. A coragem e a audácia foram aspectos característicos das ações juvenis na ocupação de suas escolas, enfrentando vários tipos de pressão, mas também resultando em alterações concretas na realidade escolar a partir de suas demandas, dentre elas o recebimento das verbas devidas às suas escolas e a negociação da não criminalização dos jovens. Além de outras de características mais subjetivas, como, por exemplo, os efeitos traumáticos, decorrentes das ações enfrentativas, que não podem ser desconsiderados e evidenciaram o despreparo e a inconsequência de decisões tomadas pelos coletivos juvenis. Esses dois aspectos representam a impulsividade juvenil e a arriscada incerteza de seus resultados.

O que considero mais relevante foi o aprendizado que a cisão ocorrida no movimento estudantil ao longo das ocupações gerou, oportunizando o amadurecimento dos jovens e uma situação de reconhecimento do outro, nesse caso, os jovens do Comitê Estudantil Independente e os secundaristas representados pelas entidades estudantis, entre outras chances de deslocamento. Pude perceber em alguns momentos que presenciei, uma disponibilidade à negociação, e, apesar de momentos tensos e muitas situações conflituosas, um esforço em compreender os sentidos do outro. Considero perceptível uma inclinação, uma predisposição por parte dos jovens a alçar-se para além da perspectiva dicotômica que ainda nos segura na modernidade.

#### **REFERÊNCIAS:**

LACLAU, Ernesto. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: UERJ, 2011.

MOUFFE, Chantal. **Cidadania, democracia e a questão do pluralismo**. Política & Sociedade, Florianópolis, n. 3, p.11-26, out. 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.